

Quilombos e a resistência negra no Brasil: um estudo de representações sociais

Quilombos and Black Resistance in Brazil: A Study of Social Representations

Tobias Henrique Gonçalves Rodrigues¹, Luciene Alves Miguez Naiff¹, Denis
Giovani Monteiro Naiff¹

RESUMO: Considerando que os Quilombos são patrimônios materiais e imateriais brasileiros e que representam um símbolo vivo de resistência ao colonialismo e, atualmente, como resistência negra, O presente estudo propôs identificar representações sociais de quilombos em brasileiros, este se apresenta como um tema tão importante e relevante para a compreensão da identidade do povo brasileiro e das relações da sociedade com a população negra. Para tal pesquisa, usou-se a teoria das representações sociais de Serge Moscovici como marco teórico referencial. Tendo em vista que esta busca o entendimento das diferentes realidades do viver, e as distintas expressões do âmbito social. Utilizamos na coleta de dados uma perspectiva multi-métodos, possibilitando o conhecimento das características da representação social de quilombo e seus direitos, através da evocação livre, análise documental e análise de conteúdo. A pesquisa foi realizada com 130 pessoas feita através de uma amostragem por conveniência, possibilitando uma aproximação das características de tal representação. Os dados foram tratados pelo software Iramuteq e apontam que o núcleo central dessas representações ainda é carregado de estereótipos, mostrando que a narrativa incorporada pelo colonialismo, atravessada pelo discurso de superioridade cultural ecoa por entre as representações sociais. Porém as periferias do núcleo apresentam a incidência de novas representações, o que se deu por meio de mais de 130 anos de lutas na tentativa para que o estado brasileiro incorporasse os quilombos em sua narrativa. Concluindo, é importante ressaltar o papel da psicologia social para compreender de forma mais apurada tais fenômenos, já que é no ambiente social, em especial, nas relações interpessoais que esses preconceitos se constroem criam consequências que afetam a qualidade de vida individual coletivas das comunidades Quilombolas.

Palavras-chave: Representações Sociais; Quilombos; Preconceito.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

ABSTRACT: Quilombos, both as tangible and intangible heritage, symbolize resistance to colonialism and contemporary Black resistance in Brazil. This study aimed to uncover social representations of Quilombos among Brazilians, shedding light on their significance for national identity and societal relations with the Black population. Employing Serge Moscovici's theory of social representations, a multi-method approach was used, including free evocation, document analysis, and content analysis, with 130 participants sampled conveniently. Results processed via Iramuteq software revealed a core laden with stereotypes, echoing colonial narratives of cultural superiority. Yet, peripheral representations indicated evolving views, shaped by over 130 years of struggle for Quilombo recognition. This underscores the vital role of social psychology in understanding and addressing the prejudices impacting the individual and collective well-being of Quilombola communities within Brazil's social fabric.

Keywords: Social Representations; Quilombos; Prejudice.

Introdução

Segundo Munanga (1995, 1996) os quilombos brasileiros foram uma forma de organização dos escravizados contra a estrutura escravocrata, sendo considerado um espaço de liberdade, sobrevivência e resistência. Essa estrutura política também foi encontrada nos quilombos africanos e serviu como modelo para os quilombos brasileiros. Participavam dos quilombos todos os oprimidos da sociedade, incluindo negros, indígenas e brancos. De acordo com Fanon (1968) a resistência é a única forma de luta contra a opressão, e os oprimidos precisavam se unir e se organizar para alcançar a liberdade.

Quijano (2005a) destaca a maneira como a ideia de raça foi utilizada para legitimar as relações de dominação impostas pela conquista nas Américas e posteriormente em outras partes do mundo. Segundo Quijano (2005b), a Europa se constituiu como uma nova identidade após a conquista da América, o que levou à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e à naturalização da ideia de raça

como forma de justificar as relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus.

Essa naturalização da raça como critério fundamental de distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da sociedade foi um dos mais eficazes instrumentos de dominação social universal, sendo balizado nas academias que produziram o racismo científico e tendo, inclusive, no século XIX, um expoente brasileiro, Nina Rodrigues, que teorizou sobre a inferioridade de negros e mestiços em relação aos brancos. Não é menor discutir sobre a importância da ciência na produção e perpetuação do racismo (Rodrigues, 2015). Além disso, a ideia de raça também foi utilizada para colocar os povos conquistados e dominados em uma situação natural de inferioridade, o que influenciou na classificação social universal da população mundial, juntamente com o critério de gênero.

No Brasil, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2018) 56,10% da população se declara negra. Ou seja, mais da metade da população nacional. Sendo assim, poderíamos esperar a força e a potência desse grupo social na totalidade da população, e que as condições de vida e de acesso a cidadania fossem semelhantes a outros grupos sociais. Porém, no Brasil, isto não acontece. Segundo IBGE (2018), o número de pessoas negras em situação de subocupados no mercado de trabalho é de 64,2%. Também ganham menos que os brancos e o rendimento domiciliar médio per capita de pretos e pardos em 2018 era de R\$ 1.606,00 enquanto a da população branca era de R\$ 2.796,00.

Durante o processo de escravização, segundo Alencastro (2000) entre os séculos XVI e XIV, calcula-se que houve a movimentação de 11 milhões de pessoas, advindas de inúmeros territórios do continente africano. Quando pensamos em Brasil falamos de 5 milhões de africanos escravizados desembarcados entre o século XIX e meados do século

XIX, acompanhados de suas tradições e idiomas que constituíram aqui seus territórios tradicionais de matriz africana, a despeito da opressão que sofreram para abandonar suas línguas, costumes, religião e tradições.

Quilombos seria ainda uma palavra derivada de Kilombo, uma sociedade que iniciava jovens mbundo para serem guerreiros. Tal prática foi adotada por Jaga (imbangala) e variava seus guerreiros sendo de diferentes etnias, tendo como semelhança, terem sido apartados de sua terra natal. A terminologia, Quilombo, só fora adotada após os rebeldes de palmares conseguirem se estabilizar como a um grupo de escravos fugidos, antes deste fato a terminologia usada era Mocambo. (Reis, 1996. p.16)

Para a cultura africana a palavra quilombo [kilombo] tem diferentes traduções podendo ser estas: pouso ou acampamento, para os povos Bantu; povoação ou fortaleza em Angola. Segundo Almeida (2011) quando houve a primeira menção oficial de quilombo no Brasil em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

Ainda, segundo Schmitt, Turatti & Carvalho (2002) o conceito usado pelo movimento negro nos anos de 1970 definem os quilombos como forma de resistência negra, fazendo assim, a união entre aspectos culturais uma perspectiva política e histórica. É então, depois dessa definição política, que em 1988 na Constituição Federal: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

O resultado foi um movimento de luta pela visibilidade jurídica dos Quilombos e quilombolas. Passados 136 anos desde a abolição da escravatura, os direitos começaram,

enfim, a serem assegurados por lei, por meio de luta e mobilização dos movimentos negros, onde se estruturou todo um sistema que vem tentando assegurar o processo de reparação histórica.

Dentro da grande área de psicologia social existem diversas pesquisas que buscam compreender a população quilombola, sua trajetória, suas vivências e suas manifestações atualmente, destacamos o estudo de Furtado, Pedroza & Alves (2014) que partindo de um estudo histórico-cultural, buscaram entender a relação entre cultura, identidade e subjetividade quilombola, com base no imaginário social construído acerca desses sujeitos. E como as expressões de isolamento e convívio influenciam na construção social desses indivíduos.

No campo da Teoria das representações sociais há também o estudo de Santos e Chaves (2007) que identificaram possíveis representações de moradores de uma comunidade remanescente de quilombo. A pesquisa buscou entender os temas: o lugar, moradores, crianças, ser quilombola, negritude e futuro. O que por sua vez resultou em indicadores que mostram que por meio da tradição oral é que se estabelece um compromisso histórico que abarca a resistência quilombola nesta comunidade.

Costa e Scarcelli (2016) realizaram uma pesquisa, dentro da área de psicologia social, sobre as comunidades negras rurais do estado de São Paulo que estavam por conquistar o título de quilombolas. A pesquisa tinha por objetivo compreender se as políticas públicas para titulação funcionariam como um mecanismo contra o racismo. Foi constatado que o processo de titulação conectou a comunidade com os efeitos do escravismo e do racismo. Esse resultado é de suma importância para a conscientização social do lugar que os quilombos ocupam na sociedade dentre os próprios quilombolas. A pesquisa mostrou também que as políticas públicas inclusivas nesse campo estão desarticuladas entre as diversas esferas governamentais.

Portanto, o presente estudo teve como objetivo identificar as representações sociais circulantes acerca dos quilombos no Brasil, tendo em vista acontecimentos dos últimos 5 anos, em que esferas governamentais colocaram em xeque a importância da manutenção de direitos civis, titulação a quilombolas e reconhecimento de quilombos. A polarização política, que fica mais marcante na eleição de 2018, evidencia diversos discursos contraditórios acerca de temáticas sociais. Esse “clima” propulsiona a necessidade de posicionamentos entre os grupos sociais, favorecendo o aparecimento e/ou transformação de representações sociais. E é nessa situação específica que se enquadra o presente artigo e a utilização da Teoria das representações sociais.

Referencial Teórico

Moscovici (1981) destaca que as representações sociais são construções coletivas e dinâmicas, que surgem a partir da interação entre os indivíduos e o contexto social em que estão inseridos. Nesse sentido, compreender as representações sociais é fundamental para a compreensão da dinâmica social, uma vez que elas afetam as percepções, comportamentos e relações entre os indivíduos e grupos. Além disso, Jodelet (1984) salienta que as representações sociais estão em constante transformação, influenciando e sendo influenciadas pelas mudanças sociais e históricas.

Pensando então que a cultura, comunicações e interações afetam o processo cognitivos, intragrupais e intergrupais para as representações sociais, o indivíduo não se porta como um processador de informações, e sim o sujeito que as produz, e para além disso, produz significações, símbolos de imagens, contratos sociais. A sociedade então produz pensamentos sociocognitivos e socioemocional (Vala, 1993).

No presente estudo destacamos a utilização da teoria do Núcleo Central que, segundo Abric (1998) é composto por um conjunto de elementos fundamentais que se encontram na base das representações sociais. Portanto, essa vertente da teoria das

representações sociais surge para entender a estrutura de uma representação social, levando em conta que, apesar de Moscovici fazer contraponto com a psicologia social intrapsíquica, poderia existir, mesmo a nível coletivizado, uma ancoragem em elementos cognitivos comuns a um grupo que partilhassem esses elementos (Sá, 1996). Foi na França que Flament, Guimelli e Abric, puderam contribuir com Abric e buscaram uma nova perspectiva sobre as representações sociais.

É importante ressaltar que a existência do núcleo central está ligada a existência da identidade de uma continuidade grupal, garantindo certos valores, crenças que não se modificam facilmente e tendem a gerar resistência em serem alteradas, sendo chamadas de estrutura das representações sociais (Abric 1998).

Para Abric (1998) existe condições ideológicas, históricas e sociológicas determinando o núcleo central, que por sua vez é estruturado constantemente pelo sistema de valores, bem como normas das quais um grupo tem como identificação ou pela memória social. O que nos dá a entender a extrema importância de identificá-los para compreensão se grupos partilham ou não da mesma representação.

Flament, Guimelli & Abric (2006) também destacam a importância das funções das representações sociais propostas por Abric, enfatizando a sua relevância para a compreensão dos processos de construção e de estabilização das representações sociais. De acordo com esses autores, as funções das representações sociais "dão conta da complexidade e das múltiplas facetas dos fenômenos sociais, permitindo-nos entender como os indivíduos se relacionam e se integram em um mundo social que é ao mesmo tempo diverso e unificado" (Flament, Guimelli & Abric, 2006, p. 44).

Método

Foram utilizados 2 instrumentos de coleta de dados, quais sejam: questionário sociodemográfico, tarefa de evocação livre e questionário com perguntas abertas

complementares. E um pequeno questionário de dados sociodemográficos para fins de descrição dos participantes

Participaram do estudo 130 pessoas. Os participantes foram escolhidos por uma amostra de conveniência que a sua vez é um tipo de amostragem não probabilística buscando indivíduos que serão voluntários no estudo.

Foram adotados como critérios de inclusão: Faixa etária: participantes acima de 18 anos; Residência: participantes brasileiros; Conhecimento: participantes alfabetizados. E, como critérios de exclusão: Faixa etária: participantes menores de 18 anos; Residência: participantes estrangeiros. Participação prévia: participantes que já participaram de pesquisas semelhantes no passado.

Dentre os participantes 57,4% do total tinha entre 40 e 59 anos e 21,7% entre 30 e 39 anos. 59,2% de homens e 40,2% de mulheres. 56,2% com superior completo, 16,2 cursando a universidade e 24,6% só com ensino médio.

A Tarefa de Evocação Livre de Palavras é uma técnica importante na pesquisa de Representações Sociais, pois permite identificar as palavras mais relevantes para um determinado grupo social em relação a um objeto social. Além disso, a técnica pode ser utilizada para identificar a estrutura e a organização das representações sociais sobre um determinado tema.

Os dados oriundos da tarefa de evocação livre foram analisados utilizando o *software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)* criado por Pierre Ratinaud (2009). O *software Iramuteq* “viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a

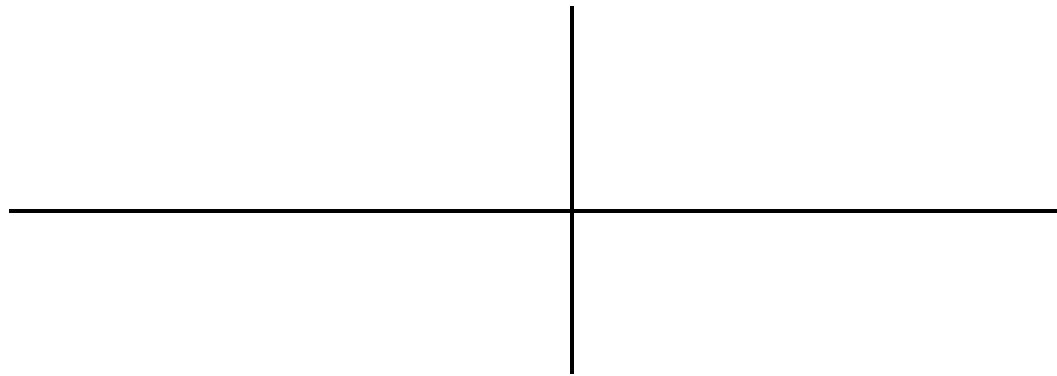
distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras)” (Camargo & Justo, 2013).

Os dados coletados através da Tarefa de Evocação Livre de Palavras foram submetidos a processamento no software para a formação do quadro de quatro casas que apresenta a análise prototípica dividida em 4 quadrantes correspondentes ao provável núcleo central, primeira periferia, zona de contraste e segunda periferia. possibilita grande diversidade de análises textuais. A análise prototípica fornece elementos que permitem perceber a força com que determinados elementos aparecem nas representações sociais, seja pela sua frequência quanto por sua saliência (Wachelke & Wolter, 2011). Portanto, elementos com alta frequência e baixa ordem de evocação (mais prontamente evocados) correspondem aos elementos cognitivamente mais próximos do sentido atribuído pelos sujeitos ao termo indutor apresentado (Wolter, Wachelke & Naiff, 2016). Esses elementos, por sua vez, representariam o provável núcleo central das representações sociais. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté – UNITAU.

Resultados

Tarefa de evocação livre

A técnica de evocação livre de palavras consiste em pedir aos participantes que produzam livremente as palavras que lhes vêm à mente em relação a um determinado estímulo que no presente estudo foi Quilombo. Que, a partir da análise processada no *Iramuteq*, produziu o quadro de quatro casas abaixo. O primeiro quadrante contém os prováveis cognemas que compõem o núcleo central. O sistema periférico é composto pela primeira periferia, zona e contraste e segunda periferia



Os termos encontrados no provável núcleo central de Quilombo foram: Escravos (65 evocações); Negros (29 evocações); Comunidade (22 evocações); Refúgio (17 evocações). Isso sugere que, para as pessoas que participaram do estudo, a ideia de "Quilombo" está fortemente associada com a história da escravidão e da luta pela liberdade dos negros.

Os termos encontrados também estão relacionados a estereótipos associados aos negros na sociedade brasileira, especialmente aqueles relacionados à marginalização social.

Figura 1

Quadro de quatro casas dos conteúdos evocados pelos entrevistados ao termo indutor "Quilombo"

<2,03			ordem média de evocação			≥2,03		
Escravos	65	1,50	Cultura	20	3,15			
Negros	29	1,90	Sufrimento	16	2,60			
Comunidade	22	2,00	Resistencia	15	2,30			
Refugio	17	2,00	Fuga	13	2,60			
			Liberdade	12	2,30			
			África	10	2,60			
						Frequência ≥ 9.81		
Frequência < 9.81								
Zumbi	4	2,02	Fazenda	7	2,70			
Terra	3	1,65	Trabalho	4	3,00			
Palmares	3	2,00	Quilombolas	3	2,70			

Esses estereótipos muitas vezes se refletem nas representações sociais que as pessoas têm sobre quilombos e quilombolas, perpetuando visões limitadas e distorcidas sobre essas comunidades.

A relação que pode ser feita é que a naturalização de imagens específicas na mídia e nas representações de raça e negritude contribuem para a manutenção de estereótipos e preconceitos, o que por sua vez sustenta e reforça a opressão e a dominação de pessoas negras (Bell Hooks, 2019). Segundo Jodelet (2001) os estereótipos são construções sociais que surgem a partir de experiências individuais e coletivas, e são transmitidos culturalmente. Eles têm a função de simplificar e categorizar a realidade, tornando-a mais compreensível e fácil de ser assimilada pelos indivíduos. No entanto, essas simplificações muitas vezes resultam em generalizações e preconceitos.

A primeira periferia, com os cognemas: cultura, sofrimento, resistência, fuga, liberdade e África complementam e explicam bem o núcleo central. Mostrando a função do Quilombo e sua relação com os escravizados. Na zona de contraste, que são elementos prontamente evocados, mas com menor frequência, percebemos a alusão a principal referência de quilombo perpassada pelos livros escolares e meios de comunicação. Por último, na segunda periferia que seriam os elementos com baixa frequência e evocados tardiamente temos os elementos fazenda, trabalho e quilombolas demonstrando que, ainda que de forma menos evidente, existe uma percepção social de que as pessoas residentes dos quilombos vinham do trabalho forçado nas fazendas.

Assim, a presença desses termos no núcleo central da representação social de "Quilombo" indica que essa ideia está fortemente associada à história da escravidão, da luta pela liberdade e da resistência negra, bem como à ideia de comunidade e proteção. Essas ideias podem ser influenciadas por fatores históricos, culturais, sociais e,

participantes que compartilham as mesmas associações em relação ao objeto social em questão e, assim, compreender as diferentes dimensões que estruturam a representação social.

Em complemento com a técnica da evocação livre, percebemos que quilombo, nas representações sociais dos participantes, tem como fortes elementos de sentido sua descrição como refúgio, mas, principalmente, seus integrantes que seriam negros escravizados. Portanto, o descaso e o preconceito que muitas vezes vemos na sociedade em relação a esse grupo social contém resquícios de quem são essas pessoas. E, por serem pessoas negras em uma sociedade que vive o racismo estrutural (Almeida, 2011), passam pelo apagamento e silenciamento dessa condição.

Essa relação entre cor e valores simbólicos é importante de ser estudada pela psicologia social, pois evidencia como as crenças e valores são construídos e transmitidos socialmente, influenciando a forma como as pessoas percebem e se relacionam com o mundo e com os outros indivíduos. A valorização da branquitude em detrimento da negritude é uma forma de perpetuação de hierarquias sociais e raciais, que afetam não apenas as relações interpessoais, mas também políticas e econômicas.

Gordon & Fanon (2008) destacam a construção de uma imagem negativa associada à cor negra na Europa e sua relação com o inconsciente coletivo ocidental. Segundo Fanon, essa imagem se manifesta na representação do negro como portador de sentimentos e características negativas, como o mal, a morte, a guerra e a fome. Essa construção negativa da negritude contribui para a perpetuação do racismo na sociedade, uma vez que esses estereótipos são internalizados e reproduzidos no imaginário coletivo.

Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são

pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o polo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. O demônio, os espíritos maus, os entes humanos ou super-humanos, quando perversos, as criaturas e os bichos inferiores e malignos são, ordinariamente, representados em preto (Ramos, 1995).

Esses resultados são relevantes para entender a forma como a sociedade brasileira percebe e interpreta o conceito de quilombo, bem como as implicações políticas e sociais dessas representações sociais. A TRS destaca que as representações sociais são construídas coletivamente pelos membros de uma sociedade e são influenciadas por fatores culturais, históricos, políticos e psicológicos.

Perguntas abertas

Direito a terra

A questão do direito à terra para os atuais moradores de quilombos é um tema de grande relevância histórica e social no Brasil. Desde a época colonial, os quilombos foram espaços de resistência e luta pela liberdade dos povos africanos escravizados que fugiam das senzalas e se refugiavam nesses territórios autônomos.

Atualmente, a luta dos descendentes desses povos é pelo reconhecimento e garantia de suas terras, que muitas vezes são ocupadas por outras pessoas ou empresas. Essa luta é respaldada pela Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito dos remanescentes de quilombos às suas terras, como forma de preservar suas culturas e modos de vida. Dentre os participantes, 96 das 130 respostas foram favoráveis ao direito dos moradores de quilombos às suas terras, enquanto 22 foram contrárias e 12 foram

inconclusivas. Esses resultados evidenciam que a maioria das pessoas entende a importância do reconhecimento dos direitos dos quilombolas.

Figura 3

Nuvem de palavras desenvolvida pelo software WordArt. Referente aos favoráveis a pergunta: O que você acha que as pessoas pensam sobre os moradores atuais dos quilombos terem direito as terras ocupadas pelos seus antepassados?”



Figura 4

Nuvem de palavras desenvolvida pelo software WordArt. Referente aos contrários a pergunta: O que você acha que as pessoas pensam sobre os moradores atuais dos quilombos terem direito as terras ocupadas pelos seus antepassados?”



Nesse sentido, é fundamental destacar que o direito à terra não é apenas uma questão de justiça social, mas também um meio de fortalecer a identidade cultural desses

povos, que têm suas raízes históricas e culturais profundamente ligadas aos territórios que ocupam. Sendo assim a posse da terra é vital para a reprodução social e cultural dessas comunidades, pois é no contato com a natureza que se produzem as bases materiais e simbólicas que as mantêm vivas

Os quilombos representam um exemplo de como o ideal de branquitude pode ser encarado e superado, enfrentando o estigma de não poder se reconhecer como população negra (Gomes, 2015, p.123). Mesmo sem nomeação jurídica ou sendo tratadas genericamente como populações rurais, as comunidades negras rurais sofreram novas pretensões promovidas pelos setores agrários hegemônicos que defendiam formas econômicas exclusivas de acesso à terra (Gomes, 2012).

Fonte de informação e conhecimento sobre o tema Quilombo

A maioria das respostas apontou o ambiente escolar como a principal fonte de informação (60,8%). Segundo Müller e Cardoso (2018), essa falta de conhecimento sobre a história dos quilombos e da população negra em geral é decorrente da "branquitude" no Brasil, que impõe a invisibilidade das pessoas negras na sociedade.

Dos participantes, 84,6% não tinha conhecimento sobre o tema de forma mais aprofundada ou já tinha ido a um Quilombo. Esse resultado demonstra a falta de visibilidade e reconhecimento que as comunidades quilombolas ainda enfrentam na sociedade brasileira. Conforme dados publicados pela Base de informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e Quilombolas no Brasil (IBGE, 2019), estimou que em 2019 havia 5.972 localidades Quilombolas divididas em 1.672 Municípios do nosso País. No entanto, muitas delas ainda lutam por seus direitos territoriais e por uma maior valorização cultural.

A invisibilidade dos quilombos na sociedade brasileira é reflexo de um processo histórico de marginalização e apagamento da história e cultura negra no país. Como

aponta Pereira (2020) a política de branqueamento e apagamento da memória negra adotada pelo Estado durante grande parte do século XX contribuiu para a construção de um imaginário social que invisibilizou a presença e a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira.

Ao negligenciar a existência dos quilombos, a sociedade brasileira perde uma parte importante de sua história e identidade. Como Ricoeur afirma: "A história é uma maneira de nos relacionarmos com o passado, mas se ignorarmos certos eventos, estaremos comprometendo a integridade de nossa identidade" (Ricoeur, 2007).

Não se pode esquecer a importância de questionar a lógica hegemônica de memória e a narrativa dominante que legitima as desigualdades presentes na sociedade. Ao ignorar a existência dos patrimônios indígenas e negros, especialmente aqueles que representam insurgência ao processo de dominação, como a quilombagem, a narrativa dominante legitima a subalternidade da população negra e oculta as espoliações e privilégios decorrentes da ideologia da branquitude/branquidade/brancura (Pereira, 2020).

Considerações finais

Em conclusão, a pesquisa sobre quilombos e quilombolas nos permitiu identificar os aspectos psicossociais que permeiam as representações sociais dessas comunidades na sociedade brasileira. a pesquisa contribuiu para a compreensão mais profunda das representações sociais que cercam os Quilombos, permitindo entender como essas comunidades são percebidas e representadas pelos diferentes grupos sociais. Isso é importante porque essas representações influenciaram/influenciam a forma como as políticas públicas são desenvolvidas e implementadas.

De acordo com Oliveira Lopes (2018), a visão estereotipada de quilombo influencia a forma como as políticas públicas são concebidas e implementadas. Muitas

vezes, as políticas voltadas para as comunidades quilombolas são pensadas de maneira fragmentada, sem considerar as especificidades locais e as demandas específicas de cada comunidade. Além disso, essas políticas muitas vezes não levam em conta a participação efetiva dos quilombolas na construção das políticas e na sua implementação, o que pode levar a um distanciamento entre as políticas públicas e as necessidades reais das comunidades.

Nesse sentido, é importante que as políticas públicas sejam pensadas a partir da perspectiva dos próprios quilombolas, considerando suas formas de organização e as suas demandas específicas.

Outrossim, a persistência das representações sociais de Quilombo que remontam à época da escravidão, mesmo após a 135 anos após abolição, é um reflexo da história do racismo e da discriminação racial no Brasil. Essas representações estereotipadas limitam a compreensão da complexidade das experiências e realidades vividas pelos Quilombos, desumanizando e desvalorizando sua história e cultura (Pereira, 2020).

Neste sentido a definição estagnada e arqueológica da noção de quilombo pode funcionar como uma camisa-de-força que limita a compreensão da realidade social dos grupos que se autodenominam quilombolas. Essa limitação ocorre principalmente quando se restringe a definição de quilombo a uma perspectiva histórica e jurídica, negligenciando o repertório de práticas e autodefinições dos agentes sociais que construíram e vivenciaram essas situações. É necessário, portanto, relativizar a força do inconsciente coletivo e considerar a perspectiva desses agentes sociais para compreender a identidade étnica e territorialidade desses grupos (Almeida, 2011). Essa relativização da definição de quilombo pode ser vista como uma forma de questionar as narrativas dominantes e o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira, permitindo uma compreensão mais ampla e diversificada da realidade desses grupos.

Fruto deste questionamento obstinado das narrativas dominantes, a pesquisa também destacou tais resultados: as representações atuais de resistência associadas aos quilombos, como cultura, resistência e liberdade. Essas representações são importantes porque evidenciam a luta dos quilombolas pela preservação de suas tradições culturais e pela garantia de seus direitos, em um contexto de desigualdades e discriminação.

Tais ideias socialmente partilhadas têm sido amplamente utilizadas pelos movimentos sociais e pela população negra em geral como forma de reafirmar a identidade e a luta contra a opressão racial. Essas representações permitem a valorização das raízes culturais afro-brasileiras e o resgate da memória dos quilombos como símbolos de resistência e luta contra a escravidão (Gomes, 2015).

O resultado da pesquisa que demonstrou a maioria dos entrevistados favoráveis aos direitos dos quilombolas também está relacionado ao movimento negro, que historicamente tem lutado pelos direitos e pela valorização da cultura afro-brasileira, incluindo a luta pela regularização dos territórios quilombolas (Silva & do Nascimento 2012). Nesse sentido, a luta quilombola pode ser entendida como uma forma de luta contra o racismo estrutural, que ainda permeia a sociedade brasileira e se manifesta na negação de direitos e na discriminação contra a população negra.

A representação estereotipada de Quilombo, como mencionado anteriormente, é marcada pela ideia de refúgio e negros contra a escravidão. No entanto, a continuidade dessa representação pode estar ameaçada pela presença crescente de igrejas evangélicas nas comunidades quilombolas. Para Abumanssur (2011) aborda o impacto do pentecostalismo em comunidades tradicionais, apontando que a chegada dessa vertente religiosa tem um efeito significativo na cultura local. Segundo o autor, os pentecostais tendem a eliminar as práticas tradicionais, como reiadas, congadas, fandangos e festas religiosas, levando a uma perda de sociabilidade e troca nessas comunidades. Além disso,

a introdução do pentecostalismo pode afetar negativamente as comunidades que já sofrem com a carência de recursos materiais e financeiros.

Então após pesquisar os aspectos psicossociais na sociedade brasileira, nasce a demanda de pesquisar as representações sociais que os quilombolas têm sobre "Quilombo" se tornando fundamental para entender a sua própria visão sobre a sua história e cultura. Além disso, como destacam Santos & Chaves (2007), é importante valorizar o conhecimento produzido pelos grupos sociais subalternos, como os quilombolas, e colocá-los em um patamar de igualdade com o conhecimento produzido pelos grupos dominantes. Isso significa não apenas respeitar a sua história e cultura, mas também reconhecer a sua capacidade de se reafirmar enquanto construtores da nação e símbolo de resistência.

Assim, é importante que as políticas públicas e os pesquisadores levem em consideração os aspectos psicossociais na sociedade brasileira sobre "Quilombo", a fim de preservar a sua história e cultura e garantir os seus direitos e subsidiar futuros trabalhos.

Ainda é preciso superar esses estereótipos, para que as políticas públicas possam ser construídas de maneira efetiva. Sendo assim espera-se que este estudo tenha contribuído para um olhar mais aprofundado e sensível sobre a temática, bem como, possa vir a contribuir com a luta dos quilombolas, seja por reconhecimento, seja por respeito e sobretudo como uma pequena contribuição à justiça social.

Referências

- Abric, J. C. (1994). *Prácticas sociales y representaciones. México: Ediciones Coyoacán.*
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. *Estudos interdisciplinares de representação social*, 2(1998), 27-38.
- Abumanssur, E. S. (2011). A conversão ao pentecostalismo em comunidades tradicionais (The conversion to Pentecostalism in traditional communities. *Horizonte-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 396-415.
- Brasil. (1988). Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares-FCP e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 160025-160025.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518.
- Costa, E. S., & Scarcelli, I. R. (2016). Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. *Psicologia USP*, 27, 357-366.
- De Alencastro, L. F. (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das letras.
- de Almeida, A. W. B. (2011). *Quilombos e as novas etnias*. UEA Edições.
- de Oliveira Lopes, C. J. (2018). *Direito ao território e grandes empreendimentos: lutas e resistências dos povos quilombolas no município de Baião-PA*.
- dos Santos Gomes, F. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras.
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra* (tradução de José Laurênio de Melo) Civilização Brasileira. *Rio de Janeiro*.

- Flament, C., Guimelli, C., & Abric, J. C. (2006). Effets de masquage dans l'expression d'une représentation sociale. *Les Cahiers internationaux de psychologie sociale*, (1), 15-31.
- Furtado, M. B., Pedroza, R. L. S., & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26, 106-115.
- Gomes, F. D. S. (2012). Terra e camponeses negros: o legado da pós-emancipação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília (IPHAN)*, 34, 375-395.
- Gordon, L. R. P., Fanon, F., & Silveira, R. D. (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas*.
- Hooks, B. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018*
- IBGE (2019). Base de informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e Quilombolas no Brasil, 2019
- Jodelet, D. (1984). Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. *Psychologie sociale*, 2, 357-378.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. *As representações sociais*, 17(44), 1-21.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*, 8(12), 181-209.
- Müller, T. M., & Cardoso, L. (2018). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Appris Editora e Livraria Eireli-ME.
- Munanga, K. (1995/1996). Origem e histórico do quilombo na África. *Revista da USP*, 28, 56-63.

- Pereira, P. F. S. (2020). *Os quilombos ea nação: inclusão constitucional, políticas públicas e antirracismo patrimonial*. Lumen Juris.
- Quijano, A. (2005a). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 117-142.
- Quijano, A. (2005b). Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*, Buenos Aires: Clacso Livros.
- Ramos, G. (1995). O negro desde dentro. In G. A. Ramos, *Introdução crítica à sociologia brasileira* (pp. 241-248). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Ratinaud, P. (2009). IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. *Téléchargeable à l'adresse: <http://www.iramuteq.org>*.
- Reis, J. J. (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista usp*, (28), 14-39.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unicamp.
- Rodrigues, M. F. (2015). Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 15(3), 1119-1135.
- Sá, C. P. D. (1996). Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em psicologia*, 4(3), 19-33.
- da Silva, S. R., & do Nascimento, L. K. (2012). Negros e territórios quilombolas no Brasil. *Cadernos Cedom*, 3(1), 23-37.
- Santos, G. L. D., & Chaves, A. M. (2007). Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24, 353-361.

Schmitt, A., Turatti, M. C. M., & Carvalho, M. C. P. D. (2002). A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & sociedade*, 129-136.

Vala, J. (1993). Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. *Psicologia social*, 5, 353-384.

Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 27, 521-526.

Wolter, R. P., Wachelke, J., & Naiff, D. (2016). A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1139-1152.